

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Viki Campos Ribeiro

Uberlândia, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA

**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ATENDIMENTO À CRIANÇAS  
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho apresentado como requisito  
parcial para Conclusão de Curso de  
Graduação em Psicologia, sob orientação da  
Profa. Dra. Viviane Buiatti.

Viki Campos Ribeiro

Uberlândia, 2024

*Dedico este trabalho à minha mãe  
Natércia, uma mulher incrível e  
dedicada, que tanto me deu apoio e  
tanto sonhou em ver as filhas  
graduadas;*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Primeiramente agradeço à minha orientadora/professora Dra. Viviane Prado Buiatti, pela orientação cuidadosa, apoio constante e valiosas sugestões ao longo deste processo. Sua dedicação e expertise foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também às professoras Paula Cristina Medeiros Rezende e Mônica Rodrigues Cardoso, membros da banca examinadora, pelo aceite do convite e por dedicarem seu tempo à análise e avaliação deste trabalho.

À minha família, especialmente minha mãe Natércia Fonseca de Campos, ao meu pai George Thomaz Paiva Ribeiro e minha irmã, Zoe Campos Ribeiro, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão durante toda a jornada acadêmica. Seu amor e suporte foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios e superar os obstáculos ao longo do caminho.

Agradeço também ao meu namorado, Marcus Filipe, por sempre estar ao meu lado e me apoiar nas minhas escolhas. Também agradeço às minhas amigas Ana Elisa de Freitas, Bruna Carneiro, Eduarda Guimarães e Marina Roquete, pelo incentivo, troca de experiências e momentos de descontração que tornaram essa jornada mais leve e gratificante.

À instituição de ensino Universidade Federal de Uberlândia, por fornecer os recursos necessários e o ambiente propício para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Por fim, expresso minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que não mencionadas nominalmente.

Obrigada a todos por fazerem parte desta jornada e por tornarem possível a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho investiga a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas, com base na psicologia escolar e na teoria histórico-cultural de Lev Semenovitch Vigotski. Inicialmente são discutidos os princípios da educação inclusiva e as políticas públicas voltadas às minorias, destacando a relevância da acessibilidade e da equidade. O TEA, um transtorno do neurodesenvolvimento, recentemente incluído nas políticas públicas brasileiras, busca garantir direitos e oportunidades iguais. A abordagem histórico-cultural, fundamentada nos conceitos de Vigotski, é apresentada como essencial para compreender e auxiliar na inclusão e escolarização dessas pessoas. Essa perspectiva enfatiza a interação social, a mediação simbólica e o ambiente cultural para o desenvolvimento do indivíduo, desafiando visões reducionistas da deficiência. O estudo é uma revisão bibliográfica qualitativa e exploratória que analisa 11 artigos científicos sobre a atuação da psicologia escolar na inclusão de pessoas com TEA. Conclui-se que há uma carência de publicações sobre essa temática, apesar de sua importância para a promoção da inclusão. Os conceitos da teoria histórico-cultural alicerçam esse estudo por compreender sua importância para a promoção da inclusão nas escolas. Destaca-se a necessidade de uma abordagem crítica da psicologia escolar que reconheça as desigualdades sociais e promova práticas inclusivas. A atuação do(a) psicólogo(a) é crucial para enfrentar os desafios do contexto escolar, realizando a devida interlocução entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a pedagogia e a psicologia. É necessário construir projetos e ações que busquem favorecer condições de acessibilidade irrestrita nas escolas, assim como o combate ao capacitismo, um preconceito muitas vezes considerado sutil, direcionado a pessoas com deficiência. Destaca-se a importância de mais estudos e pesquisas na área para efetivar os direitos de escolarização e participação das pessoas com TEA e aprimorar as práticas dos(as) psicólogos(as) escolares. Conclui-se que a teoria histórico-cultural oferece uma perspectiva valiosa para entender as singularidades dessa população e promover sua inclusão nas escolas.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Psicologia histórico-cultural; Vigotski; Psicologia Escolar.



## ABSTRACT

This study examines the inclusion of people with Autism Spectrum Disorders (ASD) in schools on the basis of school psychology and the historical-cultural theory of Lev Semenovich Vygotsky. First, the principles of inclusive education and minority-focused public policy are discussed, emphasising the importance of accessibility and equity. ASD, a neurodevelopmental disorder recently incorporated into Brazilian policy, aims to guarantee equal rights and opportunities. The historical-cultural approach, based on the concepts of Vygotsky, is presented as essential for understanding and supporting the inclusion and education of these people. This perspective emphasizes social interaction, symbolic mediation and the cultural environment for the development of the individual and challenges reductionist views of disability. The study conducts a qualitative and exploratory bibliographic review and analyzes 11 scientific articles on the role of educational psychology in the integration of people with ASD. The study concludes that despite its importance in promoting inclusion, there is a lack of publications on this topic. The concepts of historical-cultural theory support this study by highlighting their importance in promoting inclusion in schools. The need for a critical approach in school psychology that recognizes social inequalities and promotes inclusive practices is emphasized. The role of the psychologist is crucial to face the challenges of the school context and to have an appropriate dialogue between Specialized Educational Assistance, pedagogy and psychology. It is concluded that historical-cultural theory offers a valuable perspective to understand the singularities of this population and promote their inclusion in schools. It is necessary to develop projects and actions aimed at promoting the conditions for full accessibility of schools and combating the so-called "ableism", a prejudice often perceived as subtle and directed against people with disabilities. It emphasizes the importance of further study and research in this area in order to implement the right to education and participation of people with ASD and to improve the practice of school psychologists. We come to the conclusion that historical-cultural theory offers a valuable perspective in order to understand the characteristics of this population and promote their inclusion in schools.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Historical-Cultural Psychology; Vigotski; School Psychology.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.....	21
Tabela 2.....	23

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TEA- Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
METODOLOGIA .....	19
ANÁLISE .....	25
Categoria 1: A Abordagem Histórico-Cultural E O Transtorno Do Espectro Autista.	26
Categoria 2: Formação De Professores Para Atuação Com Pessoas Com Transtorno Do Espectro Autista .....	28
Categoria 3: Abordagem Histórico-Cultural E O Espaço Escolar .....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	49

## INTRODUÇÃO

Os princípios da educação inclusiva nos convidam à convivência em uma sociedade diversificada, na qual a condição primordial para a modificação passa pelo encontro com as diferenças físicas, culturais, ideológicas, entre outras. (Matos, 2013, citado por Santos, Sadim, Schmidt e Matos, 2021). Sendo assim, políticas e instrumentos legais têm sido elaboradas com o intuito de garantir oportunidades igualitárias e condições democráticas a todos os cidadãos, buscando ampliar a circulação social e as possibilidades de criação que considerem as diferenças humanas e a acessibilidade. (Santos et al., 2021). A pauta da inclusão é tão crucial para a sociedade que a ONU reconhece em seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável-ODS (ONU, 2015-2030), compondo o ODS 10, que visa à redução da desigualdade em âmbito local e internacional. (Silva, 2022).

Nesse sentido, a partir da década de 1990, houve um aumento das políticas públicas voltadas para a inclusão de populações minoritárias na sociedade, o que trouxe à tona a discussão sobre acessibilidade, equidade e efetivação de práticas inclusivas nos diversos espaços. (Buiatti, Cardoso, Silva, Mueller & Cunha, 2022). Dessa forma, equidade descreve a capacidade de reconhecer e avaliar de maneira justa, imparcial e igualitária diversas ações, contextos sociais, produtos e processos relacionados às atitudes humanas. O princípio da equidade objetiva analisar cada contexto com imparcialidade, garantindo a ausência de disparidades ou injustiças (Santarosa & Conforto, 2015). Já a acessibilidade pode ser configurada como as condições que possibilitam a autonomia e participação social, podendo interferir tanto no desenvolvimento ocupacional do sujeito, quanto no cognitivo e psicológico, sendo que sua ausência contribui para a sua exclusão social. Nesse sentido, a acessibilidade é considerada um paradigma da inclusão, esta era vista apenas como uma questão de mobilidade e, atualmente, entende-se que as barreiras são mais complexas. (Wagner, Pacheco, Lindemayer e Silva, 2010).

A partir disso é possível discutir a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, com uma atenção especial àquelas que se enquadram no Transtorno do Espectro Autista. A descrição inaugural dessa síndrome foi feita por Leo Kanner em 1943, inicialmente denominada como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo (Kanner, 1943, citado por Bosa & Callias, 2000). No entanto, embora tenha sido descoberta há 80 anos e

amplamente estudada, a proposta de inclusão do TEA no Brasil ocorreu apenas em 2012, quando indivíduos com TEA foram considerados pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais por meio da Lei 12.764/2012, que estabeleceu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (Lei nº 12.764/2012, Artigo 1).

Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de nº 13.146, promulgada em 2015 (Brasil, 2015), também trabalha em prol dos direitos dessa população e, conseqüentemente, do público com TEA. Essa lei, redefine a deficiência não mais como uma condição estática e biológica, mas como o resultado da interação entre obstáculos ambientais e sociais, juntamente com limitações físicas, mentais, intelectuais e sensoriais de um indivíduo. Conforme a legislação, as pessoas com deficiência estão assim definidas:

“aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, ONU, Brasil, 2007).

Também se destaca a necessidade de eliminar ou ajustar, de maneira razoável, esses obstáculos, que podem assumir diversas formas, a fim de garantir que as pessoas com deficiência tenham o direito de desfrutar de suas prerrogativas em igualdade de condições com as demais. (Lei nº 13.146/2015, Artigo 3). E nesse contexto, podemos incluir as pessoas com autismo.

Um decreto fundamental para a garantia de direitos da população com TEA foi o de nº 7611 de novembro de 2011, o qual define diretrizes essenciais para a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, buscando garantir a inclusão e igualdade de oportunidades, possibilitando o acesso a serviços de apoio especializados em todos os níveis educacionais. Neste sentido, o decreto proíbe a exclusão desse público no âmbito escolar, fomenta o desenvolvimento de recursos pedagógicos inclusivos e fornece apoio técnico e financeiro para as instituições. (Brasil, 2011).

Nesse sentido, torna-se necessário definir o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por manifestações clínicas variadas desde o início do desenvolvimento infantil, as quais englobam dificuldades no comportamento que comprometem o indivíduo em diferentes níveis e estão associados a déficits. (Lazzarini & Elias, 2022). O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, da Associação Americana de Psiquiatria ([APA], 2014), propõe duas configurações do TEA: a primeira se refere aos déficits na comunicação e na interação social, e a segunda aos comportamentos e interesses estereotipados ou repetitivos. O DSM-5 também destaca a natureza multifatorial do transtorno, incluindo fatores genéticos e ambientais. (APA, 2014).

Já a Lei nº 12.764/2012 que estabeleceu a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, complementa essa definição, descrevendo o TEA como a ausência de reciprocidade social, a falha no desenvolvimento e na manutenção de relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, bem como comportamentos motores ou verbais estereotipados ou comportamentos sensoriais incomuns. Também menciona a aderência excessiva a rotinas e padrões de comportamento ritualizados. (Brasil, 2012, p. 1, citado por Buiatti, et al., 2022)

Após essa definição, podemos avançar para o enfoque deste estudo e, assim pensar no contexto da inclusão do TEA nas escolas, com foco nas práticas da psicologia escolar baseadas na perspectiva da teoria histórico-cultural, abordagem escolhida para essa pesquisa.

O transtorno tornou-se amplamente estudado e debatido dentro da ciência psicológica (Marinho & Merkle, 2009). No entanto, a maioria das pesquisas produzidas concentra-se em abordagens médicas e neurocientíficas. Neste sentido, a abordagem histórico-cultural, criada por Lev Semenovitch Vigotski, no estudo do TEA, contrapõe essa ideia e busca oferecer uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento humano, preenchendo uma lacuna de estudo que se refere a um olhar para este inserido num contexto social e cultural, permitindo descobrir as possibilidades de aprendizagem da criança diagnosticada com a condição, considerando-a um ser integral, com potencialidades, inserida e participante de determinado lugar e momento histórico. Vigotski é considerado o primeiro psicólogo moderno a sugerir os mecanismos por meio

dos quais a cultura se torna parte da natureza de cada pessoa, destacando a importância do ambiente social para a constituição do ser, além de entender a pessoa como alguém constituído pela história e pela cultura. (Pereira, 2016).

A abordagem histórico-cultural de Vigotski enfatiza a importância da interação social na formação do indivíduo e em sua conexão com o mundo, a qual ocorre através da ação mediadora. Ou seja, a abordagem reforça a fundamentalidade de se relacionar com o outro, considerando que o ambiente que prioriza as relações sociais é o mais vantajoso e apropriado, independentemente da presença ou ausência de alguma deficiência por parte da pessoa (Orrú, 2010).

Além disso, no texto “A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal” produzido por volta da década de 1920 e publicado em 1995, Vigotski nos mostra que o estudo da população com deficiência era disruptivo para a época e promovia uma discussão válida inclusive para os tempos atuais. O texto, por ser antigo e seguir os termos da época, utiliza um vocabulário arcaico para se referir ao público com deficiências, como pode-se ver no título. No entanto, destaca-se porque propõe uma nova visão sobre o processo de desenvolvimento e educação de crianças com deficiências, questionando a ideia de que o processo de aprendizagem seja linear, apontando seu caráter tortuoso e conflitante.

Em sua tese central, Vigotski afirma ser necessária a organização de projetos que atendam às necessidades individuais possibilitadas pela cultura, linguagem, mediação, pois o rompimento das barreiras sociais é o principal caminho possível para se compensar a deficiência. Assim, quando é impossibilitado o avanço no desenvolvimento orgânico, revela-se uma via ilimitada para o desenvolvimento cultural, propondo um novo olhar sobre a riqueza que existe nas infinitas possibilidades adaptativas proporcionadas pela esfera cultural. Nesse sentido, a obra de Vigotski surge de uma proposta questionadora sob a perspectiva tradicional da época, pois a psicologia direcionada ao estudo da população com deficiência até então tinha sido construída pelo método da subtração das funções perdidas que derivava da ideia de que o “defeito” significa menos, e de que a deficiência, limita e restringe o desenvolvimento da criança. (Vigotski, 2011)

Com esse olhar questionador proposto por Vigotski, a teoria histórico-cultural é construída, enfatizando a necessidade de fornecer à pessoa com TEA uma abordagem

educacional mais abrangente do que apenas o “treinamento de habilidades”<sup>1</sup> de comunicação, considerando sua individualidade, promovendo o desenvolvimento da linguagem, interação social e compreensão de seu contexto histórico. (Orrú, 2010)

Outro pressuposto desta teoria é que o Outro promoverá a significação do mundo para os sujeitos. Ou seja, o Outro atribui sentidos às ações das crianças e a partir disso suas ações ganham significado e introduz no seu universo simbólico. Esta premissa se baseia no conceito-chave da teoria histórico-cultural, a mediação semiótica, a qual Pino (1991, p.33, citado por Martins e Monteiro, 2017), define como: “toda intervenção de um terceiro “elemento” que possibilita a interação entre os “termos” de uma relação”. Assim, o termo mediação possui a função de designar a inter-relação dos signos entre os sujeitos e a sociedade e esses signos são utilizados para a comunicação e para a relação com o outro, com a cultura e consigo mesmo. Assim, nessa visão, o Outro desempenha o papel de mediador simbólico, ajudando na construção da linguagem, que por sua vez permite a criação de significados através das relações, em ambientes culturalmente contextualizados. (Martins & Monteiro, 2017)

Nesse sentido, a psicologia escolar possui um papel extremamente importante na promoção da inclusão das pessoas com TEA nas escolas, pois essa profissão poderá trabalhar questões institucionais que envolvem a interação desta população com o seu processo de escolarização. De acordo com Barbosa & Souza (2012), a partir da década de 1980, a psicologia escolar mudou seu referencial teórico no entendimento das questões escolares. Essa nova compreensão é caracterizada por um olhar para o contexto sócio-político-cultural em que estão inseridos os processos educacionais, visando promover o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais qualificadas. Essa compreensão crítica da psicologia escolar rompe com a culpabilização de crianças, adolescentes e familiares pelas dificuldades apresentadas no contexto escolar. Além disso, constrói novos instrumentos para avaliar e compreender a queixa escolar e articula ações importantes no campo da formação dos profissionais envolvidos nesse contexto. (Souza, 2009).

Assim, para a psicologia escolar crítica, o(a) psicólogo(a) deve se portar como um agente de transformação, além de ter uma postura questionadora em relação às políticas

---

<sup>1</sup> Grande parte da literatura encontrada sobre essa temática envolve o TEA à abordagens comportamentalistas de “treinamento” do comportamento dos sujeitos.



educacionais, se atentar às relações de poder na escola e sobre como a diversidade é tratada nesse ambiente e deve repensar práticas educacionais tradicionais que reproduzem desigualdades. Além disso, a psicologia escolar necessita desenvolver o trabalho em conjunto com os outros agentes desse ambiente, como professores, alunos e famílias, objetivando a promoção de uma educação inclusiva, que valorize a diversidade, a equidade e a participação democrática. (Souza, 2009).

O interesse em explorar a atuação da psicologia escolar no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na abordagem histórico-cultural surge da necessidade de preencher uma lacuna identificada na compreensão e intervenção para esse público. A experiência prévia em abordagens comportamentalistas evidenciou limitações no entendimento do desenvolvimento dessas crianças, apontando para a importância de adotar uma perspectiva mais ampla que considere não apenas o indivíduo isoladamente, mas também seu contexto sociocultural. A abordagem histórico-cultural proposta por Vigotski oferece uma visão abrangente do desenvolvimento humano, destacando a influência do ambiente cultural e das interações sociais na formação do sujeito. Assim, investigar como a psicologia escolar pode atuar nesse contexto sob essa perspectiva possibilita a reflexão sobre intervenções mais eficazes que valorizem a singularidade de cada criança e facilitem sua inclusão no ambiente escolar, considerando os aspectos históricos, culturais e sociais que permeiam seu desenvolvimento.

Esse estudo teve a pretensão de analisar e investigar as produções já existentes sobre a atuação do(a) psicólogo(a) inserido(a) nas escolas, no que se refere à temática da inclusão das pessoas com TEA, tendo como alicerce a abordagem histórico-cultural.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica que visa responder às seguintes questões: Como a psicologia escolar, fundamentada na teoria histórico-cultural, promove a inclusão das pessoas com TEA nas escolas? Quais estudos e pesquisas têm sido desenvolvidos sobre essa temática? Que tipos de intervenções/atividades têm sido construídas e realizadas pelos(as) psicólogos(as) escolares juntos a essa população, tendo como base essa abordagem? Para a execução deste estudo serão utilizadas as seguintes palavras chaves: inclusão, autismo, TEA, escolas, teoria histórico-cultural, Vigotski e psicologia escolar, combinadas entre si. As plataformas PubMed,

Scielo e Google Acadêmico foram utilizadas para a busca das produções, e a pesquisa será restrita a artigos publicados entre 2018 e 2023.

## METODOLOGIA

O estudo realizado é uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com enfoque exploratório, que se baseia em uma revisão de literatura. Os dados presentes foram coletados por meio de um levantamento de pesquisas científicas e este tipo de pesquisa tem como objetivo desvendar ou aprimorar conteúdos já abordados, por meio da análise e descrição de situações (Sampieri, 2006). O trabalho teve como propósito investigar como a psicologia escolar, fundamentada na teoria histórico-cultural, promove a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas e identificar as intervenções e atividades desenvolvidas por psicólogos(as) escolares com base nessa abordagem. Foram explorados artigos acadêmicos publicados em língua portuguesa entre os anos de 2018 e 2023, que abordam a inclusão de pessoas com TEA nas escolas, com ênfase na teoria histórico-cultural. A coleta de dados foi realizada nas plataformas CAPES, SciELO, BVS e Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “Inclusão”, “Autismo”, “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”, “Escolas”, “teoria histórico-cultural”, “Vigotski” e “psicologia escolar”, combinadas entre si. O critério de inclusão foi o seguinte: artigos acadêmicos publicados entre 2018 e 2023 que abordem a inclusão de pessoas com TEA nas escolas, com enfoque na teoria histórico-cultural e psicologia escolar. O critério de exclusão foi: artigos que não se relacionam diretamente com a temática da inclusão de pessoas com TEA, que não mencionam a teoria histórico-cultural e psicologia escolar, que não contemplam os objetivos da pesquisa e aqueles que estão repetidos nas bases de dados. Assim, foram encontrados 11 artigos.

Nas tabelas abaixo, são apresentados os procedimentos da pesquisa. A Tabela 1 se refere ao processo de coleta dos artigos. Optou-se por expor a busca dos textos porque apesar da utilização de quatro plataformas - Google Acadêmico, BVS, CAPES e SciELO - e de uma extensa combinação de descritores, pouco material relacionado à psicologia foi encontrado, principalmente no contexto da psicologia escolar alicerçada à teoria histórico-cultural, na promoção da inclusão das pessoas com TEA nas escolas. Já a Tabela 2, reúne os artigos que foram utilizados para a realização da pesquisa.

Nesse sentido, a discussão aqui se amplia não somente para artigos e estudos que tratam da atuação do(a) psicólogo(a) escolar, como também para pesquisas e relatos de

ações no contexto escolar que se propuseram a atender as pessoas com TEA, na perspectiva da abordagem histórico-cultural.

Tabela 1

*Pesquisa por palavras de busca e artigos encontrados*

Base de Dados	Palavras de busca	Total	Selecionados	Artigos
SciELO	Transtorno do Espectro Autista e psicologia escolar.	5	0	-
	Inclusão e autismo.	19	0	-
	Teoria histórico-cultural e escola; Autismo e Vigotski; Autismo e Teoria histórico-cultural; Inclusão e Teoria histórico-cultural; TEA e Teoria histórico-cultural.	0	0	-
Google Acadêmico	Inclusão, autismo, psicologia escolar, Teoria histórico-cultural.	2	2	Coelho, Rocha & Cavalcante (2023) Yaegashi, Batista, Caetano, Alencar e Souza (2023)
	Autismo, Teoria histórico-cultural, escola.	16	5	Pimentel & Frison (2023) Araújo, Benatti & Achete (2023) Mattos & Lione (2023) Barbuio (2023) Godoi, Rocha & Leite (2023)
	Autismo, Vigotski, psicologia escolar.	0	0	-
	Autismo, Vigotski, inclusão.	0	0	-
	Transtorno do Espectro Autista, escola, Vigotski.	22	2	Angelino & Fernandes (2023) Poll, Silva & Júnior (2022)
BVS	Autismo, Teoria histórico-cultural, psicologia escolar; Autismo, inclusão, Teoria histórico-cultural; Transtorno do Espectro Autista, Vigotski, psicologia escolar; Transtorno do Espectro Autista, inclusão, psicologia escolar, Vigotski; Teoria histórico-cultural, autismo.	0	0	-
	Transtorno do Espectro Autista, escola, inclusão, psicologia escolar.	1	0	-

	TEA, inclusão, psicologia escolar.	1	0	-
	Psicologia escolar, autismo, inclusão.	5	0	-
	Autismo e “Teoria histórico-cultural”.	5	1	Novaes (2022)
	Vigotski e autismo.	7	1	Araújo, Pereira & Oliveira (2023)
	Transtorno do Espectro Autista e Teoria histórico-cultural.	2	0	-
CAPES	Transtorno do Espectro Autista e Vigotski e psicologia escolar;			
	Transtorno do Espectro Autista e Vigotski psicologia escolar e Teoria histórico-cultural e autismo;	0	0	-
	Psicologia escolar e Vigotski e autismo.			

Tabela 2

*Artigos selecionados para análise*

Autor	Artigo/ Ano	Título	Base de dados	Categoria de análise
Coelho, Rocha & Cavalcante	Artigo 1 2023	Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.	Google acadêmico	1
Yaegashi, Batista, Caetano, Alencar e Souza	Artigo 2 2023	Concepções/significações de profissionais da Educação Infantil acerca do Transtorno do Espectro Autista.	Google acadêmico	3
Pimentel & Frison	Artigo 3 2023	Desafios de professores no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista.	Google acadêmico	2
Araújo, Benatti & Achete	Artigo 4 2023	A contribuição da rotina escolar para o desenvolvimento de alunos com transtorno do espectro autista.	Google acadêmico	3
Mattos & Lione	Artigo 5 2023	O brincar das crianças com o transtorno do espectro autista na educação infantil.	Google acadêmico	3
Barbuio	Artigo 6 2023	Imaginação e criatividade como meio/modo de trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo.	Google acadêmico	3
Godoi, Rocha & Leite	Artigo 7 2023	Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência.	Google acadêmico	2
Angelino & Fernandes	Artigo 8 2023	Vivências e brincadeiras: uma cultura inclusiva na educação infantil.	Google acadêmico	3
Poll, Silva & Júnior	Artigo 9 2022	Na trilha do saber: Jogo adaptado como alternativa para o Ensino de Física a alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio.	Google acadêmico	3
Novaes	Artigo 10 2022	Reflexões sobre a avaliação de matemática do programa mais alfabetização realizada	CAPES	3

---

		por um aluno com autismo do ensino fundamental.		
Araújo, Pereira & Oliveira	Artigo 11 2023	Processos de inclusão de um adolescente com transtorno do espectro autista: um estudo de caso sob o prisma de uma mãe.	CAPES	3

---



## ANÁLISE

A revisão de literatura possibilitou a seleção de 11 artigos, os quais abordam a inclusão escolar de crianças com TEA a partir dos pressupostos da abordagem histórico-cultural. No entanto, percebe-se uma lacuna de publicações relacionadas à atuação do(a) psicólogo(a) escolar nessa temática, bem como uma falta de estudos sobre as intervenções e atividades propostas por esse profissional neste contexto. Outros agentes surgem nas produções, como pedagogos, professores e familiares.

Dessa forma, os artigos selecionados foram categorizados em três tópicos: “A abordagem histórico-cultural e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”; “Formação de professores para atuação com pessoas com TEA”; e a “Inclusão de pessoas com TEA no espaço escolar”.

A categoria predominante é a terceira, composta por 8 artigos que discorrem sobre como acontece a inclusão da população com TEA no espaço escolar, observando essa ação pelo prisma da teoria histórico-cultural. Essas produções abrangem o ensino infantil, fundamental e médio, e envolvem uma variedade de agentes que atuam no ambiente escolar e têm proximidade com essa população, como professores e mães. Além disso, os artigos abordam tanto atividades práticas realizadas, como intervenção escolar, avaliação de matemática do programa Mais Alfabetização, jogo adaptado para o ensino de física e a aplicação de rotina escolar, quanto à análise de fatores mais subjetivos como a imaginação, a criatividade, as vivências e o brincar dessa população. Os escritos também investigam as concepções e significações dos professores sobre os aspectos da inclusão da população com TEA nas escolas, além de realizarem estudos de caso sobre a inclusão escolar pelo prisma de uma mãe.

As outras categorias contam com apenas 3 artigos ao todo. A primeira delas é “A abordagem histórico-cultural e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)” que busca analisar como essa abordagem contribui para o entendimento do transtorno, como é construído o processo de inclusão sob esta perspectiva e como o(a) psicólogo(a) escolar atua no ambiente escolar. Já a segunda, “Formação para atuação com pessoas com TEA”, aborda 2 artigos que discutem os desafios dos professores no trabalho com crianças com

TEA e a formação desses para lidarem com este público diante do paradigma da inclusão escolar, pautada pela perspectiva histórico-cultural.

#### Categoria 1: A Abordagem Histórico-Cultural E O Transtorno Do Espectro Autista

A categoria 1 teve somente 1 artigo “Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural”. Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa que baseia sua análise em 13 artigos, uma dissertação e uma tese. Seu objetivo é analisar como a abordagem histórico-cultural contribui para a compreensão do TEA, como o processo de inclusão é construído e como ocorre a atuação do(a) psicólogo(a) no ambiente escolar.

A seleção desse artigo foi motivada pelo alinhamento de sua temática com os questionamentos introdutórios da presente pesquisa. O estudo demonstra que a perspectiva da abordagem histórico-cultural é significativa para a compreensão do TEA e para a inclusão escolar dessa população.

Assim, o texto contribui para essa pesquisa ao explorar os conceitos da teoria e sua relevância para compreender como o ambiente escolar pode ser adaptado para atender às necessidades específicas das crianças com TEA, promovendo sua inclusão. Destaca-se que a teoria histórico-cultural oferece um novo olhar para a inclusão desta população.

O artigo enfatiza o papel crucial do ambiente no desenvolvimento e aprendizagem que, nesse caso, tem como foco o espaço escolar. De acordo com Coelho, Rocha & Cavalcante (2023, p. 13-14):

“A escola é um dos espaços mais propícios para o desenvolvimento das crianças, seja pela chance de haver momentos de convivência com seus pares de idade e demais alunos, quanto pela importância do papel do professor, o que se torna uma mediação capaz de proporcionar a aquisição de diferentes habilidades para os alunos, uma vez que este é um ambiente possibilitador de contato social, o que colabora fortemente para o desenvolvimento da criança com autismo.”

Outro conceito apontado no artigo é a mediação social e aprendizagem colaborativa, que desempenham um papel fundamental na inclusão das crianças com TEA nas escolas. Essa perspectiva defende que os mediadores são essenciais para que as

crianças possam ter acesso e interagir com objetos e sistemas simbólicos do contexto social e cultural, o que auxilia na construção do processo de aprendizagem e ensino, além de contribuir para a melhora da vivência emocional dos alunos.

Além disso, o artigo ressalta a importância de se efetivar a intenção de desenvolver potenciais das crianças com TEA através de interações sociais, práticas pedagógicas, lúdicas e comunicação alternativa. Monteiro e Bragin (2016), Levya-Nápoles e Orrú (2016) e Sá et al. (2015), citados por Coelho, Rocha & Cavalcante (2023), defendem que o aprendizado desses estudantes não deve ser baseado em uma compreensão reducionista, que se fundam no defeito e falta e, assim, reforçam a ideia de que se faz necessário o direcionamento de políticas públicas e a garantia de dignidade a profissionais do ensino, para que os agentes da escola possam atender às necessidades dos alunos que estão no espectro, de forma singular. Portanto, devem ser a eles proporcionado oportunidades para o desenvolvimento de potenciais, estimular a expressão e interação, oferecer atividades significativas promovam a aprendizagem e o desenvolvimento nas áreas cognitivas, motoras e emocionais, além de utilizar formas de comunicação que atendam a criança, facilitando a sua participação no ambiente escolar.

Além disso, a pesquisa aborda que a teoria histórico-cultural compreende a inclusão como um processo histórico e considera o movimento inclusivo dinâmico, iniciando-se com a modificação e reestruturação das práticas educacionais e sociais. Esse olhar diferenciado para a conjuntura inclusiva pode ser considerado uma contribuição para a presente pesquisa, pois oferece novas perspectivas sobre como entender a diversidade humana, bem como as nuances e necessidades das crianças com TEA no contexto educacional.

O artigo relata a escassez de pesquisas sobre a atuação e intervenções de psicólogos(as) escolares que adotam a abordagem a histórico-cultural e trabalham com a inclusão do TEA. Os autores destacam que os conceitos de Vigotski possibilitam ampliar a atuação dos profissionais junto a essa demanda, podendo contribuir no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e na compreensão das singularidades e no planejamento de estratégias. O plano de atendimento, avaliação de cada caso e reorganização curricular são questões primordiais quando se trata de uma educação inclusiva e acessível para todas as pessoas.

Barroco & Souza (2012, citado por Coelho, Rocha & Cavalcante, 2023) discorre a respeito da atuação do(a) psicólogo(a) escolar/educacional, destacando a importância de se atentar aos professores, alunos, famílias, equipes pedagógicas e direção, auxiliando no planejamento e coordenação de propostas pedagógicas e projetos educacionais. Também enfatizam a necessidade dos(as) psicólogos(as) atuarem na formação de professores (as), capacitando-os para um olhar individualizado para cada criança, proporcionando a compreensão do espectro e a avaliação das particularidades e o uso de instrumentos, recursos e projetos diferenciados que aproximem as práticas pedagógicas às necessidades individuais, tais como arte, jogos, vivências e construção de vínculos.

Dessa forma, o artigo conclui que é necessário investigar de forma mais ampla os conceitos fundamentais da teoria, como o processo de internalização, mediação e zona de desenvolvimento proximal, com o intuito de aprofundar no entendimento sobre os processos de desenvolvimento da criança. Aponta as limitações em relação à teoria como pontos a serem melhorados na pesquisa, destacando a falta de inclusão de literatura internacional e a deficiência de trabalhos direcionados à psicologia nessa temática, com mais estudos voltados à pedagogia.

Por fim, as contribuições dessa categoria referem-se principalmente a como os conceitos da teoria histórico-cultural contribuem para a compreensão do TEA e para a construção de um contexto escolar mais inclusivo para essa população, ao abordar ideias centrais da teoria, como o papel do ambiente no desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, a mediação social, aprendizagem colaborativa, o combate à uma compreensão reducionista da criança com TEA, e o entendimento da inclusão como um processo histórico. Além de construir uma discussão sobre as possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a) nesse contexto, o artigo fornece uma base conceitual para desenvolver um olhar singular, tão necessário, no trato com essa população.

## Categoria 2: Formação De Professores Para Atuação Com Pessoas Com Transtorno Do Espectro Autista

No primeiro artigo da categoria 2, os autores Godoi, Rocha & Leite (2023) analisaram a formação de professores alfabetizadores em relação à inclusão escolar da criança com deficiência, com foco na alfabetização de crianças com TEA, cegueira e

surdez. O estudo verifica em que medida o currículo do curso de Pedagogia propõe uma formação que qualifique os professores para atuar em processos de alfabetização de crianças com deficiência, identificando lacunas e desafios na preparação dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula. A metodologia foi construída por meio de entrevistas semiestruturadas de três alfabetizadoras que vivenciaram a experiência de alfabetizar crianças com deficiência, sendo uma com TEA, juntamente com análises do Projeto Pedagógico e das fichas de disciplinas do curso de Pedagogia de uma instituição pública de ensino superior de Minas Gerais. O artigo utiliza a perspectiva histórico-cultural de Vigotski com as contribuições das teorias que compreendem a alfabetização como um processo discursivo.

O estudo se concentra em como os profissionais compreendem o processo de alfabetização da criança com deficiência e como essa ideia reflete em seu discurso. Além disso, o artigo parte da concepção de Smolka (2014, citado por Godoi, Rocha & Leite, 2023) sobre o papel do professor como um interlocutor privilegiado no espaço escolar, responsável por estruturar o trabalho pedagógico com o objetivo de expandir o universo das crianças e oferecer fontes, instrumentos e recursos, dando suporte e viabilizando a experimentação dos sentidos e possibilidades da escrita e da linguagem.

Nesse sentido, a análise dos documentos do curso de Pedagogia destaca um grande descompasso entre o currículo e a legislação, com a instituição oferecendo poucos subsídios para a formação de professores aptos a alfabetizar crianças com deficiência, com uma carga horária insuficiente, oferecendo apenas uma disciplina voltada à temática. Uma falta de segurança por parte dos professores entrevistados em relação à sua capacidade de alfabetizar crianças com deficiência é o resultado da somatória desses fatores. Assim, o estudo ressalta a responsabilidade da instituição formadora no processo de preparação dos profissionais e destaca a necessidade de uma formação mais ampla e contextualizada.

Além disso, o artigo aborda as percepções e experiências dos professores entrevistados. Inicialmente destaca a necessidade de ressignificação e reorganização dos processos de ensino e aprendizagem para atender a diversidade, e ressalta a importância da formação ampla do professor que atenderá esse público. No entanto, aponta que as instituições se mostram “tímidas” nessas ações, o que prejudica a atuação dos professores

os impedindo de atuarem de modo eficaz. O texto retrata o relato de uma professora que em uma de suas falas menciona que tinha ouvido falar sobre o TEA apenas uma vez em sua vida, o que escancara a fragilidade de seus conhecimentos e de sua atuação com este público.

Posteriormente as professoras apontam que são prejudicadas pela falta de informações sobre as crianças com deficiência, pois ficam sabendo da presença destas apenas no início das aulas, não dando tempo para se capacitarem para sua atuação, o que aponta a falta de preparação e planejamento da instituição.

Godoi, Rocha & Leite (2023) enfatizam que a formação dos professores não pode seguir a vertente da transmissão de conhecimentos técnicos, ou seja, é essencial formar sujeitos críticos e reflexivos, que se atentem a questões mais subjetivas e singulares, assim capacitando-os para lidarem com as diferenças de forma mais sensível e respeitosa. Ademais, o artigo sugere que as professoras busquem informações e recursos por conta própria para atender às necessidades específicas de crianças com deficiência em sala de aula, pois o interesse pessoal pelo estudo propulsiona a inclusão e garante os direitos de todas as pessoas ao acesso a uma educação de qualidade e equânime.

A pesquisa conclui que a formação inicial foi falha no que diz respeito à atuação com crianças com deficiência, e distanciou os profissionais do paradigma da inclusão e conclui que a formação dos professores deve ser um processo contínuo e dinâmico, que acompanhe as mudanças e desafios do contexto educacional e social.

Neste sentido, o artigo, mesmo não sendo uma pesquisa direcionada especificamente para o público com TEA e não incluindo a atuação da psicologia escolar, contribui com essa discussão pois aborda a importância da formação dos professores diante da inclusão de crianças com deficiência na escola (incluindo o TEA) e aponta a necessidade de formar profissionais críticos e reflexivos, que consigam articular as novas demandas às suas práticas, flexibilizando o ensino e metodologias educacionais.

Por fim, a necessidade da formação continuada dos alfabetizadores é enfatizada e, nesse sentido, entende-se que a inserção do(a) psicólogo(a) escolar neste processo seria fundamental. E este profissional poderia auxiliar em processos de formação, objetivando orientar os profissionais a lidarem com as diferenças e movimentar as instituições para a conscientização e responsabilização de todos e todas os(as) profissionais da escola no

atendimento das demandas e ao público-alvo da educação especial<sup>2</sup>. Compreende-se que a escola toda tem a incumbência de trabalhar no sentido de favorecer práticas inclusivas e não discriminatórias, direcionando ações para o desenvolvimento de potenciais e aprendizado.

Já o segundo artigo da categoria 2, “Desafios de professores no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista”, é um estudo de caso que teve como objetivo investigar os principais desafios enfrentados pelos professores em sala de aula que incluem alunos com TEA. A pesquisa também buscou examinar as relações estabelecidas, ou não, com o profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são essenciais para a construção de um ensino que proporcione aprendizagens significativas às crianças com o transtorno. O estudo envolveu 22 professoras dos anos iniciais da educação infantil de um centro de ensino regular, além de três professoras da equipe diretiva e duas professoras responsáveis por turmas que tinham crianças com o diagnóstico de TEA. Foram aplicados questionários e entrevistas com as profissionais e a análise dos dados coletados foi realizada com base na Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2011, citado por Pimentel & Frison, 2023), com a interpretação embasada na perspectiva histórico-cultural e na educação inclusiva.

A partir das respostas dos participantes, foi identificado que os profissionais valorizam muito a presença do monitor e ou profissional de apoio em sala de aula para auxiliá-los com os alunos com TEA. Eles também reconhecem a própria falta de conhecimento sobre o tema, relatam a dificuldade de envolver as crianças nas atividades propostas, o que os levam a um sentimento de frustração. Além disso, mencionam a preocupação em não comprometer a produtividade da turma devido à atenção destinada às crianças com TEA, destacam os desafios em estabelecer regras, gerenciar crises e promover a aprendizagem dessas crianças. Por fim, ressaltam a importância do relacionamento entre professores regulares com o profissional do AEE para um melhor trabalho com essas crianças.

Os resultados da pesquisa apontam para a importância de criar espaços de estudo e reflexão sobre o desenvolvimento psíquico de crianças com necessidades específicas,

---

<sup>2</sup> De acordo com a legislação (Decreto N. 7.611/2011) o público-alvo da educação especial envolve as pessoas com Transtorno Global no Desenvolvimento (no caso o TEA), e essas possuem o direito ao ensino regular e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

especialmente aquelas com TEA. Os professores relataram desafios como a falta de formação específica, dificuldade em estabelecer relações/vínculos com as crianças com TEA e adaptação do planejamento de ensino. A discussão ressalta a importância da formação continuada e do apoio aos professores que atuam nesse contexto, visando promover a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes. A perspectiva histórico-cultural e a educação inclusiva são apresentadas como fundamentais para a compreensão e a promoção da inclusão dessas pessoas nas escolas.

De acordo com Buiatti (2013), é primordial a formação adequada dos professores, pois trabalham diretamente com as diferenças humanas. É necessário que esses profissionais considerem as especificidades dos alunos com deficiência e que sejam capacitados quanto à organização do ensino e do currículo, com o objetivo de favorecer a interação social e aprendizado dos estudantes, contribuindo para a sua inclusão em todas as atividades escolares. Ressalta-se também a importância de os professores estarem atualizados em relação às políticas educacionais inclusivas e às práticas pedagógicas.

Ademais, o Decreto nº 7.611/2011 ampliou a discussão sobre a formação dos educadores e delineou a qualificação de toda a equipe da escola para a educação inclusiva do público do AEE, além da formação continuada focada nos professores. (Brasil, 2011, p. 1, citado por Buiatti, 2013). A formação continuada é demarcada nos documentos legais como direito e dever dos profissionais. A psicologia escolar pode atuar com esse grupo, proporcionando espaços de formação coletiva, favorecendo trocas de experiências, escuta e estudos de casos.

### Categoria 3: Abordagem Histórico-Cultural E O Espaço Escolar

O primeiro artigo da categoria 3 é intitulado “Concepções/significações de profissionais da Educação Infantil acerca do Transtorno do Espectro Autista” e tem como objetivo compreender os significados atribuídos ao TEA pelos professores da Educação Infantil. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e utilizou questionários sociodemográficos, entrevistas semiestruturadas e roteiros de observação das aulas na Educação Infantil com 23 professoras da rede municipal de uma cidade no interior do Paraná. O referencial teórico do trabalho é a psicologia histórico-cultural.



As entrevistas revelam que as participantes possuem alguns conhecimentos sobre o TEA e que suas práticas são orientadas pela tentativa de inclusão dessas crianças nas atividades da Educação Infantil. No entanto, algumas de suas ações e percepções inadvertidamente resultam em preconceitos e concepções equivocadas sobre o transtorno. Muitas professoras concebem o TEA com base nas dificuldades de interação e nos comportamentos peculiares dos alunos, o que evidencia uma visão estigmatizada da condição. Além disso, parecem desconhecer as especificidades do transtorno, associando suas características à personalidade dos indivíduos em vez de reconhecê-las como sintomas, o que também revela uma visão capacitista ao considerarem o diagnóstico como um "problema", o que leva a uma definição do indivíduo com base em suas dificuldades.

O estudo revela que as entrevistadas não possuem um conhecimento consolidado sobre o TEA, demonstrando uma falta de compreensão dos conceitos fundamentais e das questões legais relacionadas ao transtorno. Além disso, os autores notaram um desconhecimento científico e técnico, revelando apenas uma compreensão superficial de seu trabalho rotineiro. Não mencionam a aprendizagem dos (as) estudantes, concentrando-se apenas nos cuidados que devem ser providenciados, como carinho e atenção. Nesse sentido, o artigo sugere que o entendimento raso e simplista das professoras sobre o TEA está relacionado à formação deficitária no que diz respeito às abordagens como a psicologia histórico-cultural, que poderia auxiliar na compreensão das possibilidades de intervenções.

Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de os profissionais se informarem mais sobre o transtorno e aprofundarem seus conhecimentos para desenvolver estratégias inclusivas na Educação Infantil, o que contribuirá para que o aluno com TEA participe ativamente de seu próprio processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o estudo destaca a importância da participação da criança com TEA nas salas regulares de Educação Infantil para seu desenvolvimento individual e para promover uma visão inclusiva entre colegas e professores. Enfatiza também a importância de estabelecer um contexto de formação inicial e continuada para que a prática pedagógica dos professores contribua efetivamente para a inclusão escolar.

O estudo traz contribuições relevantes ao destacar a importância da formação continuada dos professores, uma função que poderia ser mediada pela psicologia escolar, atuação que pode proporcionar um espaço para compartilhamento de experiências, conhecimentos sobre o TEA, desenvolvimento humano e aprendizagem, influenciando diretamente a prática docente, a reflexão em grupo e as possíveis transformações institucionais.

Outro artigo da categoria três, intitulado “A contribuição da rotina escolar para o desenvolvimento de alunos com transtorno do espectro autista”, busca compreender as contribuições da adaptação da rotina escolar para a inclusão de alunos diagnosticados com TEA na educação. A pesquisa, de natureza bibliográfico-documental, visa fornecer informações teóricas e metodológicas que auxiliem os professores em sala de aula no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o artigo estabelece uma conexão entre as classificações do CID-11 e a teoria histórico-cultural, defendendo que as interações sociais e culturais desempenham um papel crucial no desenvolvimento das funções psicológicas superiores das crianças. Referências de pesquisadores são apresentadas, sustentando a ideia de que a rotina escolar pode ser benéfica para o professor e para a criança com TEA no ambiente escolar.

O artigo se divide em três partes. A primeira delas contextualiza e conceitua o TEA, descrevendo sua história e como o termo foi incorporado à psiquiatria, além de abordar a atualização da CID-11, que oferece uma melhor definição dos sintomas do transtorno.

Na segunda parte, há mais contribuições para a nossa pesquisa, uma vez que ela discorre sobre as contribuições aspectos da teoria histórico-cultural para a educação de alunos com TEA, apresentando o referencial teórico para posteriormente discorrer sobre o objetivo principal do artigo.

Neste sentido, o texto destaca as ideias de Vigotski que considera que o meio social tem a função de alavancar o processo educacional e que esse tem influência predominante sobre as funções genéticas para o desenvolvimento, ou seja, defende a ideia de que uma criança com deficiência pode desenvolver e aprender se tiver oportunidades de aprendizagem. Além disso, o texto cita que para a teoria histórico-cultural a aquisição de elementos culturais e científicos, que são considerados produtos históricos produzidos

pela humanidade, é a condição para o desenvolvimento psíquico e que a apropriação destes elementos depende da qualidade do ensino (Vigotski, 2000, citado por Pimentel & Frison, 2023). Vigotski também pontua que a deficiência não é integralmente responsável por impedir o desenvolvimento do sujeito e, assim responsabiliza as mediações sem qualidade, as impossibilidades de trocas, as relações sociais e a maneira como se trata e se olha a deficiência, focalizando os déficits. O texto enfatiza ainda a importância de não substituir o destaque do professor por “relações sociais”, pois este é o principal mediador no contexto escolar.

Já a terceira parte discorre sobre o enfoque do estudo que é a função da rotina escolar para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com TEA. O artigo destaca que a rotina escolar tem a potência de nortear a criança no cotidiano da escola, oferecendo-lhe segurança e previsibilidade, evitando momentos de ansiedade diante de mudanças repentinas, o que é fundamental para muitas crianças com TEA. Além disso, proporciona um ambiente estruturado, com atividades organizadas, facilitando a compreensão do que acontecerá ao longo do dia, contribuindo para a organização mental e emocional do aluno para participar das atividades. O texto defende que a rotina escolar auxilia o professor na organização das atividades, oferecendo-lhe suporte e orientação para as crianças com TEA, o que contribui para um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo. A rotina é vista como um método pedagógico que leva em consideração os aspectos individuais de cada sujeito, não sendo rígida ou inflexível, mas sim um planejamento adaptado a cada contexto.

Dessa forma, a pesquisa aprofunda conceitos da teoria histórico-cultural e como esta abordagem compreende a educação de alunos com TEA, além de propor a discussão sobre a rotina escolar como ferramenta pedagógica para auxiliar na inclusão das crianças com TEA nas escolas. No entanto, o artigo, assim como os anteriores, não aborda a atuação do(a) psicólogo(a) escolar.

O artigo analisado intitulado “O brincar das crianças com o transtorno do espectro autista na educação infantil” tem como objetivo destacar os desafios e possibilidades do brincar das crianças com TEA na Educação Infantil, buscando contribuir com o paradigma da inclusão escolar. Baseado na teoria histórico-cultural e nos fundamentos da Defectologia de Vigotski, o estudo realizou uma pesquisa-ação com quatro crianças

diagnosticadas com TEA em duas escolas de Educação Infantil do município do Rio de Janeiro. Os instrumentos utilizados foram a observação participante e entrevistas semiestruturadas com pais, docentes e estagiárias que têm contato com as crianças com TEA.

Os resultados e a discussão foram separados em dois eixos: “Como a criança com TEA brinca?”; e “Inclusão e brincar da criança com TEA: o que pensam os/as docentes?”. No primeiro eixo o artigo discute a observação de pouca ou ausência de funcionalidade no uso dos brinquedos pelas crianças, ou seja, a forma como usam os objetos com outros fins/modos, não seguindo sua função.

Assim, essa observação se pauta em Vigotski (2007, citado por Mattos & Lione, 2023) e enfatiza que a criança pode usar o brinquedo com outros fins, o que faz parte do processo de desenvolvimento cognitivo por desenvolver novos significados e a capacidade de abstração. No entanto, é importante orientar a criança para o uso funcional do brinquedo. Além disso, a ausência de funcionalidade pode indicar a necessidade de avançar no desenvolvimento de funções psicológicas superiores. Também foi observada a brincadeira isolada, ou seja, aquela em que as crianças não promoviam interação umas com as outras. No entanto, ao longo da pesquisa, elas foram sendo estimuladas a se relacionarem e foi observado um avanço nesse quesito, destacando a importância da mediação, conceito da teoria histórico-cultural.

Além disso, foram observadas estereotípicas, ações repetitivas, em padrões rígidos, estáveis e metódicos de comportamento, interesses ou atividades, que se manifestam das seguintes formas: por meio de estereotípicas motoras simples; do uso repetitivo de objetos e fala repetitiva; do apego excessivo à rotina; e padrão restrito de comportamento, como resistência a mudanças ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (American Psychiatric Association, 2014, citado por Mattos & Lione, 2023). O artigo aponta que esses movimentos inibem o desenvolvimento motor natural, mas são utilizados pela criança como um mecanismo de expressão, sendo seu controle uma tarefa considerada delicada. Por último, o primeiro eixo discute a movimentação em excesso, falta de concentração e hiper foco observadas, enfatizando a importância de compreensão desses comportamentos sob a ótica da teoria da integração sensorial, enfatizando os desafios que essas crianças enfrentam ao processar informações sensoriais do ambiente.

No segundo eixo são apresentadas as narrativas dos docentes, estagiárias e mediadora sobre inclusão, TEA e planejamento pedagógico. A necessidade de formação contínua de professores, a inclusão dos interesses e individualidades das crianças com o transtorno em propostas pedagógicas, a importância do envolvimento da família no processo de inclusão, e o desenvolvimento de abordagens pedagógicas inclusivas são destacados. Também ressalta a importância de uma abordagem de ensino crítica e autônoma que considere a complexidade da educação e a diversidade das demandas humanas.

Além disso, algumas narrativas expõem os desafios dos docentes em incentivar a participação dessas crianças nas atividades propostas e planejar atividades que envolvam seus interesses. A comunicação é apontada como um fator fundamental na relação com a criança com TEA, e o uso de sistemas de símbolos pode ser útil para estabelecer ou aumentar a comunicação com crianças que ainda não verbalizam ou apresentam dificuldades de compreensão. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é mencionado como um instrumento importante para pensar a educação inclusiva e auxiliar na organização de metas individuais.

A inclusão escolar como um processo que deve envolver não apenas o professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é enfatizada, mas que toda a comunidade escolar, incluindo a equipe administrativa, a pedagógica e a gestora também devem se envolver. O diálogo com a família é fundamental, especialmente para crianças com TEA que têm dificuldades de comunicação verbal, e permite trocas valiosas que contribuem para o bem-estar da criança na escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica orientam as instituições de Educação Infantil a garantirem espaço para a participação, diálogo e escuta das famílias, ressaltando-se a necessidade de acolhimento às essas que vivenciam a deficiência, incluindo a participação na construção do Plano Educacional Individualizado e reuniões periódicas para acompanhamento do desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, o artigo propõe centralizar os interesses das crianças com TEA no planejamento pedagógico e expandir as suas alternativas de brincar por meio de atividades lúdicas que considerem suas singularidades. Além disso, promove a discussão dos objetivos do estudo com a perspectiva histórico-cultural, o que integra à visão que

essa abordagem tem para esse contexto, além de reforçar a formação continuada dos agentes escolares para a melhor interação com o TEA. No entanto, não se pauta a atuação do(a) psicólogo(a) escolar. Sugerem-se reflexões sobre as ações que poderiam ser realizadas por este profissional, como auxiliar na construção do plano pedagógico, implementar de diferentes formas de comunicação para ampliar o intercâmbio entre professores e alunos com o diagnóstico bem como direcionar a formação continuada dos professores.

O próximo artigo a ser discutido, ainda na categoria 3, é “Imaginação e criatividade como meio/modo de trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo” que analisa o processo educativo de um aluno com TEA, com foco para suas aulas de Educação Física. O objetivo do estudo é compreender e interpretar o processo imaginário de um aluno com o transtorno durante suas aulas de Educação Física. A coleta dos dados foi feita em uma escola pública municipal de uma cidade do interior do estado de São Paulo, durante o ano letivo de 2019. A pesquisa é fundamentada na perspectiva histórico-cultural e, na feitura do trabalho empírico, apoia-se em estudos biográficos para basear a narrativa utilizada.

O estudo é dividido em três seções. Na introdução, são apresentados a temática, os objetivos e as aspirações da pesquisa. A primeira parte aborda a perspectiva histórico-cultural e os conceitos de imaginação e criatividade que fundamentam a investigação. A segunda contextualiza a pesquisa, descrevendo o local onde foi realizada, os participantes e os métodos de coleta de dados. A terceira discorre sobre o desenvolvimento do trabalho empírico, a narrativa do aluno e as discussões correspondentes. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre os significados atribuídos pelo participante às suas experiências nas aulas de Educação Física.

Destaca que Vigotski discute a relação entre imaginação e realidade, enfatizando que a primeira depende de experiências anteriores, mas também tem a capacidade de criar algo completamente novo. Ele identifica quatro modos de relacionamento da imaginação com a realidade: a relação proporcional com a experiência humana; a ampliação de experiências por meio da apropriação de vivências alheias; a influência da esfera emocional; e a capacidade de produzir algo inovador. Ou seja, para o autor, a imaginação e a criação não são apenas resultado da soma de experiências anteriores, mas também

podem ser entendidas como manifestações da genialidade individual de cada sujeito. Ele ressalta a complexidade na definição desses conceitos, uma vez que as ações imaginárias podem ser interpretadas como manifestações irrealis, mas que não eliminam o real e o provável.

Além disso, o artigo apresenta a narrativa do aluno “Sonic” que fala sobre seu gosto pelas aulas de Educação Física especialmente por correr “igual o Sonic”. Por isso, adota-se o nome deste personagem para o aluno. Assim, o autor investiga este elemento imaginário e criativo, assimilando-o com as teorias de Vigotski, o qual destaca a importância da imaginação para o desenvolvimento humano, permitindo a ampliação da experiência e a formação de novos conceitos. Portanto, a atividade criadora combina elementos de experiências anteriores que foram internalizados pelo sujeito, permitindo a reconfiguração da maneira como algo novo, novas situações ou comportamentos são apresentados. Assim, a pessoa não está limitada ao seu próprio círculo de experiência, mas pode expandir-se para além dele, assimilando, por meio da imaginação, experiências históricas ou sociais de outras pessoas. (Vigotski, 2009, citado por Barbuio, 2023).

Além disso, a pesquisa discorre que na adolescência, a imaginação se torna mais abstrata e vinculada ao pensamento conceitual, sendo essencial para o desenvolvimento do pensamento abstrato e da formação de conceitos. A fantasia do personagem Sonic se torna significativa para o aluno, atribuindo-lhe emoções e vivências. Pinto e Góes (2006, citado por Barbuio, 2023) destacam que a imaginação é uma atividade psíquica potencializadora na aprendizagem; assim, o elemento imaginativo, nesse caso o Sonic, pode ser utilizado para novas possibilidades de trabalho com esse aluno.

No entanto, há a discussão quanto à relação entre a fixação do aluno por um personagem fictício, a questão da infantilização de adolescentes com TEA ao participarem de atividades consideradas fora de sua faixa etária, e o desenvolvimento de interesses na adolescência. Apesar de atividades imaginárias serem consideradas produtivas para alunos com TEA, a questão da infantilização e a falta de tarefas socioculturais adequadas podem impactar negativamente a formação da sua identidade. No entanto, a preferência do aluno pelo personagem fictício pode estar relacionada à falta de significado e sentido nas atividades oferecidas, evidenciando a importância de estímulos e motivações externas para a ampliação de aspirações nessa fase da vida.

Os resultados deste estudo indicam a necessidade de uma transformação educacional que inclua um ensino genuíno e eficaz para os alunos com deficiência. Isso requer um modelo de política, uma escola e uma prática pedagógica que priorizem a escuta atenta, permitindo-lhes assumir um papel de protagonismo. Dessa forma, as decisões sobre as abordagens pedagógicas não devem ser tomadas antecipadamente mas, sim, desenvolvidas com base nas singularidades.

Nesse sentido, o artigo aborda a imaginação e criatividade na perspectiva histórico-cultural, destaca que esses conceitos são fundamentais na constituição da cultura e da sociedade. Ressalta que a atividade criativa e imaginária são categorias centrais da psicologia e da pedagogia, pois estão presentes na formação de significados e na projeção de sentido.

O próximo artigo da categoria 3 “Vivências e brincadeiras: uma cultura inclusiva na educação infantil”, reflete sobre a aprendizagem de crianças com desenvolvimento típico e atípico, tendo como inspiração o brincar e a construção do conceito de número na Educação Infantil. Ele apresenta resultados da pesquisa de mestrado do autor Angelino (2019), que se baseou no desenvolvimento de Cenários Inclusivos para Aprendizagem Matemática, os quais são concebidos como espaços estruturados para promover o acesso de todos os estudantes aos conhecimentos matemáticos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os elementos desses cenários, como atividades, ferramentas e intervenções, foram inspirados no trabalho de Vigotski, enfatizando o papel ativo dos alunos na construção de seus conhecimentos, ampliando a interação, a mediação e a valorização do lúdico, e incorporando estímulos multissensoriais para explorar diferentes linguagens. A pesquisa foi realizada em uma escola pública no litoral de São Paulo, envolvendo 25 alunos com idades entre 5 e 6 anos, incluindo dois alunos com TEA e um com Síndrome de Down. Acredita-se que este estudo oferece possibilidades para repensar as práticas matemáticas na Educação Infantil e ampliar o debate sobre a inclusão e a cultura da criança como sujeito ativo no processo educativo.

O estudo discorre sobre o Teatro Musical, uma atividade inclusiva que foi desenvolvida como parte dos Cenários Inclusivos para Aprendizagem de Matemática, projetada para acolher diferentes estilos de aprendizagem e oferecer múltiplos estímulos para as crianças, incluindo aspectos visuais, auditivos, sinestésicos e de leitura/escrita.



Esta ação envolveu encenação de músicas infantis que abordavam conceitos matemáticos, permitindo que as crianças assumissem diferentes papéis e interpretassem personagens. Assim, a atividade utilizou a música como um recurso pedagógico para trabalhar conceitos matemáticos, ao mesmo tempo em que promovia a expressão corporal, a imaginação e a interação entre os pares.

O estudo gerou recursos didáticos multissensoriais e um conjunto de atividades pedagógicas orientadas para estimular a participação e interação das crianças, promovendo um ambiente similar a um espetáculo composto por atores coadjuvantes e protagonistas, o palco das apresentações, o próprio cenário, os bastidores dessa peça e o contexto no qual as aprendizagens devem acontecer.

Essas atividades foram desenvolvidas com o intuito de criar um ambiente inclusivo que valorizasse o papel ativo das crianças na construção de seus saberes, ampliando a interação, a mediação e a valorização do lúdico.

Os resultados da pesquisa incluem a criação de um conjunto de Cenários Inclusivos para Aprendizagem de Matemática, que foram estruturados para favorecer o acesso de todos os estudantes aos conhecimentos matemáticos, valorizando a diversidade de estilos de aprendizagem e promovendo a interação, a mediação e o lúdico. Os resultados também destacaram a importância do Teatro Musical como uma atividade inclusiva que favoreceu a expressão corporal, o fazer matemático, a imaginação, a interação entre os pares e o respeito às diferenças.

Dessa forma, o artigo contribui na compreensão de que o componente lúdico e artístico, com embasamento nas teorias de Vigotski, amplia as interações entre os participantes, favorece o desenvolvimento, aprendizagem e a diversidade, proporcionando um contexto mais inclusivo.

Outro artigo analisado foi “Na trilha do saber: Jogo adaptado como alternativa para o Ensino de Física a alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio”, que aborda a necessidade da adaptação de práticas pedagógicas para atender alunos com TEA e contribuir para a inclusão escolar. A pesquisa enfatiza a criação do jogo "Na Trilha do Saber", baseado em fundamentos teóricos de Vigotski e David Ausubel, como uma ferramenta para facilitar o ensino de física, proporcionar a integração, adicionar o elemento lúdico, estimular o intercâmbio social e a linguagem. O jogo foi aplicado em

uma turma do Ensino Médio, com o objetivo de analisar sua eficácia didático-pedagógico no ensino de Física para alunos com TEA na educação básica, no contexto da educação inclusiva. Além disso, propõe investigar o progresso do entendimento de física dos alunos, bem como os avanços na comunicação, na linguagem e interação social em sala.

O artigo descreve o funcionamento do jogo que é composto por um tabuleiro, cartas de perguntas e desafios, peças de jogo e um dado, dividido em fases. Os alunos são colocados em equipes compostas por participantes de variados níveis de conhecimento e habilidades e o aluno com TEA é inserido em um time que esteja ciente de suas dificuldades e habilidades, permitindo que seus colegas o ajudem e que ele também contribua com a equipe. Durante o jogo, os alunos respondem a perguntas e desafios relacionados aos conceitos de Física e avançam com as peças no tabuleiro. As perguntas são adaptadas com linguagem clara e objetiva para atender às demandas desses estudantes. Assim, o objetivo do jogo é estimular a comunicação, o intercâmbio social e a imaginação dos alunos, além de proporcionar a aprendizagem dos conceitos de Física. Ao final do jogo, os alunos respondem um questionário para avaliar o entendimento dos conceitos abordados e a opinião sobre a atividade.

O resultado da pesquisa mostra que o jogo "Na Trilha do Saber" foi eficaz na facilitação do ensino de Física para alunos com TEA, observando-se uma aprendizagem significativa dos conceitos físicos. Além disso, proporcionou um contexto em que esses discentes pudessem iniciar uma comunicação com os demais alunos da equipe, receber a atenção deles e dos outros grupos, possibilitando uma interação verbal e não verbal com o time, como fazer perguntas e ser questionado, mostrando-se efetivo na melhoria da linguagem, comunicação e interação social.

O artigo ressalta a importância de práticas educacionais inclusivas e metodologias acessíveis para garantir uma educação de qualidade para todos e todas, evidenciando que o jogo adaptado pode ser considerado uma ferramenta eficaz na promoção da inclusão e da aprendizagem de alunos com TEA na educação básica.

Nesse sentido, o texto não aborda a psicologia escolar, mas tem como foco apresentar uma ferramenta pedagógica que proporcione a mediação e escolarização das pessoas com TEA. Ademais, o artigo demonstra que atividades como o uso de jogos, não

beneficia apenas alunos com o diagnóstico, mas sim toda a turma, promovendo a aprendizagem significativa.

O próximo artigo da categoria 3 é “Reflexões sobre a avaliação matemática do programa Mais Alfabetização realizada por um aluno com autismo do ensino fundamental”, o qual discute a resolução de um exercício de Matemática da avaliação de larga escala do Programa Mais Alfabetização, realizado por um aluno com TEA em colaboração com a professora regente e a estagiária. A problemática abordada é a padronização da avaliação de desenvolvimento em decorrência do diagnóstico inicial de TEA, o que se opõe à ideia de uma educação inclusiva. O estudo se baseia na teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, que entende a deficiência não como uma falta no sujeito, mas como uma possibilidade que deve levar em consideração o meio sócio-histórico-cultural.

As investigações foram realizadas em uma escola municipal de educação básica, com um aluno de 8 anos com diagnóstico de TEA. Os resultados apontam para a resolução da tarefa avaliativa em colaboração, permitindo a participação do estudante com o diagnóstico na tarefa comum a todos da sala, e indicam a necessidade de uma escola mais democrática e colaborativa.

A metodologia do artigo baseou-se na abordagem microgenética de natureza histórico-cultural, metodologia que busca compreender o desenvolvimento humano por meio da análise detalhada de situações específicas ao longo do tempo. Assim o pesquisador registra minuciosamente as interações e processos envolvidos, identificando mudanças e influências sociais e culturais. As situações de sala de aula foram analisadas à luz dessa abordagem, e os registros foram feitos por meio de fotografia e diário de campo. Além disso, o estudo considerou a construção da pesquisa-intervenção, com a participação ativa da professora regente da sala e da estagiária, em uma parceria de trabalho durante o ano letivo de 2019. Este enfoque metodológico permitiu uma análise detalhada das interações e do desenvolvimento do aluno com TEA em colaboração com os demais envolvidos no processo educativo.

As análises destacaram alguns indicadores de desenvolvimento do discente com foco nas discussões sobre o homem e sobre a função social da escola presentes na teoria histórico-cultural. O resultado da realização da tarefa em colaboração enfatiza que o

estudante com o transtorno conseguiu executar as propostas tanto quantitativa quanto qualitativamente, demonstrando sua capacidade de compreender e resolver os desafios matemáticos apresentados. Com a mediação, concluiu mais questões da prova, o que o colocou em um grupo de desempenho satisfatório. Em resumo, os resultados evidenciaram a importância da colaboração e da abordagem inclusiva na educação, bem como a relevância de se considerar as influências sociais e culturais no desenvolvimento do aluno com TEA.

Dessa forma, a pesquisa destaca que a função da mediação, conceito construído por Vigotski, é fundamental para o processo de inclusão e esta permite que o estudante com TEA atinja seu potencial de desenvolvimento devido à orientação/colaboração recebida. Além disso, o artigo não aponta diretamente o conceito de Zona Desenvolvimento Proximal, mas pode-se inferir que as práticas se alicerçam neste que é definido por:

“à distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (Vigotski, 1984, p. 97).

O último artigo da categoria 3 é “Processos de inclusão de um adolescente com transtorno do espectro autista: um estudo de caso sob o prisma de uma mãe”, o qual busca compreender, por meio de uma análise da perspectiva da mãe, como se dão os processos de desenvolvimento familiar e social e de inclusão escolar vivenciados por uma adolescente com TEA. A pesquisa é um estudo de caso e utilizou a aplicação de um questionário para a coleta de dados como metodologia. Ademais, foram utilizados os pressupostos de Vigotski e outros colaboradores para a promoção da análise dos dados obtidos, com o intuito de compreender o indivíduo, a partir de uma perspectiva sociocultural e das relações que estabelecem com o Outro. Os resultados obtidos focam no impacto do diagnóstico para os pais, em como se estruturam as relações familiares e como essa relação influencia para a constituição do sujeito com TEA, o processo de

inclusão escolar e, por fim, a importância da rede familiar para a aprendizagem e desenvolvimento dessa população, buscando sua inclusão nas diferentes esferas sociais.

O texto divide os resultados encontrados em três categorias. A primeira delas discorre sobre o impacto do diagnóstico para a família; a segunda conta sobre as relações entre a mãe e o filho e como esta contribui na constituição do sujeito com TEA; e a última fala sobre os processos de inclusão e/ou exclusão escolar, abordando a importância do apoio da família.

A pesquisa enfatiza que a família é um agente fundamental na promoção do desenvolvimento social e emocional do adolescente com o transtorno, pois oferece suporte prático, material e afetivo que auxilia nos desafios das interações sociais do adolescente. Além disso, destaca a necessidade de uma relação simbiótica entre família e escola, ressaltando a relevância das ações dos pais e professores para a inclusão social e escolar do estudante com TEA. A família pode colaborar com a escola na identificação das necessidades específicas do adolescente com o diagnóstico e na implementação de estratégias de apoio personalizadas. Assim, o envolvimento ativo dos pais no processo de inclusão demonstra o comprometimento com o desenvolvimento educacional e social deste.

Neste sentido, o artigo evidencia que não são apenas os agentes escolares responsáveis pela construção da inclusão escolar, mas também a família. Enfatiza a importância de ações conjuntas envolvendo escola e a família. Neste contexto, é possível pensar a atuação do(a) psicólogo(a) escolar, o qual tem responsabilidades na interlocução entre essas duas instituições, promovendo diálogo, mediação e assim, contribuindo com o desenvolvimento dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivou-se investigar como a psicologia escolar, fundamentada na teoria histórico-cultural, promove a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas e identificar as intervenções e atividades desenvolvidas por psicólogos(as) escolares com base nessa abordagem. A fim de atingir tal finalidade, foram analisados 11 artigos científicos selecionados a partir de uma busca sistematizada em bancos de dados disponíveis.

Constata-se uma escassez de publicações relacionadas ao tema estudado. Apesar de uma extensa pesquisa com diversas combinações de termos de busca, pouco foi encontrado sobre a atuação da psicologia escolar relacionada ao TEA, tendo como base a teoria histórico-cultural.

Entretanto, foi possível compreender como os conceitos da teoria histórico-cultural contribuem para o entendimento do transtorno e para o processo de inclusão de estudantes com TEA nas escolas. Detectaram-se conceitos importantes da teoria de Vigotski como o papel do ambiente no desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, a mediação social e aprendizagem colaborativa, a zona de desenvolvimento proximal, o combate a uma compreensão reducionista da criança com TEA e o entendimento da inclusão como um processo histórico. Esses conceitos possibilitaram a reflexão sobre a atuação do(a) psicólogo(a) escolar para um processo de inclusão do TEA nas escolas.

Entende-se que são poucos artigos e pesquisas que articulam o TEA com a psicologia escolar e a teoria histórico-cultural integrando os aspectos aqui explorados. Portanto, este estudo teve a pretensão de construir esta interlocução. A partir das análises dos textos, buscou-se dialogar com as diversas possibilidades de atuação do(a) psicólogo(a) escolar nos contextos apresentados pelas pesquisas, identificando como a teoria histórico-cultural contribui para o processo de inclusão. Contudo vale ressaltar que nem todos os questionamentos que suscitaram essa pesquisa foram respondidos pela ausência de publicações nesta área.

Nesta perspectiva, o(a) psicólogo(a) inserido nesse espaço pode colaborar não somente no processo de escolarização dos estudantes com TEA, como também na compreensão das políticas públicas relativas à sua inclusão, na promoção da

acessibilidade em todos os níveis (comunicacional, metodológica, instrumental, atitudinal e arquitetônica) na organização e reestruturação curricular, na formação docente, na relação família/ escola/ estudante, entendendo a importância de olhar para o contexto social, histórico e cultural dos discentes, suas famílias e profissionais da educação.

Identificou-se a necessidade de psicólogos(as) escolares buscarem facilitar os desafios encontrados no contexto escolar, promovendo estratégias que integrem o AEE, a pedagogia e a psicologia nas escolas, possibilitando uma maior inclusão dos alunos com TEA e não se limitando apenas a possibilidades pedagógicas, pois:

“é necessário o preparo da instituição para trabalhar com as diferenças e promover capacidades, potencialidades e construção de conhecimentos. Nesta perspectiva são necessários projetos diferenciados que busquem construir condições de acessibilidades irrestrita e não pequenos ajustes.” (Buiatti, 2013. p. 89).

Ademais, conclui-se que a escola é uma instituição permeada pelos aspectos que regem a sociedade, incluindo suas produções sociais opressoras como o capacitismo que, de acordo com Dias (2013, citado por Mello & Cabistani, 2019), é uma forma de preconceito subliminar, que revela uma construção universal discriminatória direcionada a pessoas com deficiência. Dessa forma, define-se como a materialização de atitudes preconceituosas que consideram essas pessoas como desiguais, menos aptas e incapazes sobre si, colocando-as em um estado menor (Mello & Cabistani, 2019).

Nesse sentido, essencialmente o(a) psicólogo(a) escolar tem como função contribuir no combate ao capacitismo, buscando alterar essa estrutura social no espaço escolar, evidenciando que o desenvolvimento do sujeito com deficiência depende do olhar social pois, de acordo com Silva (2006, p. 121, citado por Mello & Cabistani, 2019), “a deficiência não é uma condição estática, natural e definitiva” e está firmada nas relações e interações que determinam sua percepção na sociedade.

A partir disso, enfatiza-se a importância do estudo da teoria histórico-cultural para a execução das atividades deste profissional voltadas à inclusão. Esta auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico sobre as estruturas sociais já cristalizadas no cotidiano, além de se respaldar em uma perspectiva baseada no processo social e histórico

do sujeito, objetivando compreender as singularidades da população com TEA e almejando potencializar sua existência.

Por fim, destaca-se a necessidade de maiores estudos e pesquisas nessa área, para que haja a efetivação dos direitos de escolarização das pessoas com TEA, e o aprimoramento da prática dos(as) psicólogos(as) escolares nesse contexto.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angelino, R. R. D. S., & Fernandes, S. H. A. A. (2023). Vivências e brincadeiras: Uma cultura inclusiva na educação infantil. *Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática*, 8(2), 196-211. <https://doi.org/10.34179/revisem.v8i2.19817>

Angelino, R. R. D. S. A. (2019). Numeracia na Educação Infantil: Um estudo dos cenários inclusivos. Dissertação de Mestrado, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Araújo, M. P. M., Pereira, S. G., & Oliveira, A. F. T. M. (2022). Processos de inclusão de um adolescente com transtorno do espectro autista: Um estudo de caso sob o prisma de uma mãe. *Revista Educar Mais*, 6, 569-586. <https://doi.org/10.15536/reducarmais.6.2022.2849>

Araújo, V. F. de, Benatti, L. M., & Achete, B. (2023). A contribuição da rotina escolar para o desenvolvimento de alunos com transtorno do espectro autista. In *AUTISMO: Uma abordagem multiprofissional* (Cap. 1, pp. 11-26). Universidade Estadual de Maringá (UEM). <https://doi.org/10.37885/230713900>

Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*

Barbosa, D. R., & Souza, M. P. R. de. (2012). Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(1), 163-173. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>

Barbuio, R. (2023). Imaginação e criatividade como meio/modo de trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 5(14), 40. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7807193>

Bosa, C., & Callias, M. (2000). Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 167-177. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100017>

Brasil. (2007). Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Oficial/Brasil. Brasília.

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Recuperado de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

Brasil. (2012). Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, pág. 2-11. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

Buiatti, V. P., Cardoso, M. R., Silva, D. V. da, Mueller, I. G., & Cunha, T. O. (2022). Arte, inclusão e o atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA): relato de experiência.

Buiatti, V. P. (2013). Atendimento educacional especializado: Dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais (Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia).

Coelho, G. G., Rocha, L. P., & Cavalcante, J. G. (2023). Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. *Revista Cocar*, 18(36), 1-19. ISSN: 2237-0315.

Godoi, E., Rocha, J. G., & Leite, L. S. (2023). Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência. *Revista Eletrônica de Educação*, 17, 1-22. <https://doi.org/10.14244/198271995005>

Lazzarini, F. S., & Elias, N. C. (2022). História Social™ e Autismo: uma Revisão de Literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 28, e0017. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0017>

Marinho, E. A. R., & Merkle, V. L. B. (2009). Um olhar sobre o autismo e sua especificação. Em IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, pp. 6084. PUCPR, Curitiba, Brasil.

Martins, A. D. F., & Monteiro, M. I. B. (2017). Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP, 21(2), 215-227. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n2/2175-3539-pee-21-02-00215.pdf>.

Mattos, M. M. de M., & Lione, V. de O. F. (2023). O brincar das crianças com o transtorno do espectro autista na educação infantil. *Revista Olhares*, 11(1). ISSN 2317-7853.

Mello, L. S., & Cabistani, L. G. (2019). Capacitismo e lugar de fala: Repensando barreiras atitudinais. *Revista da Defensoria Pública RS*, 118-139.

Novaes, D. (2022). Reflexões sobre a avaliação de matemática do programa Mais Alfabetização realizada por um aluno com autismo do ensino fundamental. *Creative Education Journal*, 19. <https://doi.org/10.5747/ch.2022.v19.h53>

ONU. (2015). Agenda ONU 2015-2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Orrú, S. E. (2010). Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas. *Humanidades Médicas*, 10(3), Set-Dic 2010. Recuperado de <http://scielo.sld.cu/pdf/hmc/v10n3/hmc020310.pdf>

Pereira, I. C. J. (2016). As contribuições de Vygotsky e Bakhtin para pensar a inclusão da criança com autismo na educação infantil.

Poll, L. A., Silva, R., & Silva Júnior, C. A. B. (2022). Na trilha do saber: Jogo adaptado como alternativa para o Ensino de Física a alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Médio. *Encontros Integrados em Física e seu Ensino 2022*, Universidade de Brasília, Instituto de Física, 12-16 de dezembro de 2022.

Pimentel, J. N. Q., & Frison, M. D. (2023). Desafios de professores no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 16(9), 18393-18414. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-271>

Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia da pesquisa*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill.

Santarosa, L. M. C., & Conforto, D. (2015). Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(4), 349-366. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000400003>

Santos, J. O. L. dos, SadimI, G. P. T., Schmidt, C., & Matos, M. A. de S. (2021). O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, 102(260), 99–119. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.4150>

Silva, J. S. S. da. (2022). Deficiência, diversidade e diferença: idiosincrasias e divergências conceituais. *Educação em Revista*, 38, e36551. <https://doi.org/10.1590/0102-4698368536551>

Souza, M. P. R. de. (2009). *Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 179-182. Recuperado em 27 de setembro de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572009000100021&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572009000100021&lng=pt&tlng=pt).

Vigotski, L. S. (2011). *A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal*. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 861-870. Traduzido por: Sales, D. R.; Oliveira, M. K. & Marques, P. N.

Vigotski, L. S. (1984). *A formação social da mente*. São Paulo, Martins Fontes.

Wagner, L. C., Pacheco, A., Lindemayer, C. K., & Silva, L. D. A. (2010). Acessibilidade de pessoas com deficiência: um olhar de uma comunidade periférica de Porto Alegre. *Ciência em Movimento*, Ano XII, Nº 23, 1-15.

Yaegashi, S. F. R., Batista, T. L. de A., Caetano, L. M., Alencar, G. A. R. de, & Souza, S. T. de. (2023). Concepções/significações de profissionais da Educação Infantil acerca do Transtorno do Espectro Autista